



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### SERVIÇO SOCIAL, REQUISIÇÕES PROFISSIONAIS E SEUS DESAFIOS FRENTE AO MUNDO DO TRABALHO

SOCIAL WORK, PROFESSIONAL REQUIREMENTS AND THEIR CHALLENGES IN FRONT  
OF THE WORLD OF WORK

Priscila Ambrozio Gonçalves<sup>1</sup>  
Aline Lourenço<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo traz o debate da profissão de Serviço Social, inserida no “mundo do trabalho”, e reflete sobre as requisições aos assistentes sociais no contexto das Instituições Filantrópicas, onde a oferta dos serviços se apresenta como complementares às políticas públicas. O debate avança ainda para a compreensão do trabalho profissional, nesse campo de atuação, junto à compreensão das mudanças capitalistas e seus desdobramentos que, não obstante, rebatem diretamente no desenvolvimento das ações profissionais e sua autonomia.

**Palavras-Chaves:** Trabalho; Instituições Filantrópicas; Assistente Social.

#### ABSTRACT

This article brings up the debate of the Social Work profession, inserted in the “world of work”, and reflects on the requests to social workers in the context of Philanthropic Institutions, where the offer of services is presented as complementary to public policies. The debate also advances towards the understanding of professional work, in this field of action, together with the understanding of capitalist changes and their consequences that, despite directly impact on the development of professional actions and their autonomy.

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio). E-mail: pris-goncalves@hotmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: lurrensse@gmail.com

**Keywords:** Work; Philanthropic Institutions; Social Worker.

## INTRODUÇÃO

As mudanças do capitalismo contemporâneo atravessam fortemente a classe trabalhadora no que se refere à redução de direitos sociais, aumento dos níveis de desemprego, nos baixos salários e na fragmentação da classe, dificultando a possibilidade de organização. Atualmente, no Brasil, vivemos um contexto de oficialização da desregulamentação do trabalho e de empobrecimento da classe trabalhadora, uma ação política, econômica e cultural de cunho conservador. Nas formas de mercantilização do trabalho, no caso brasileiro, encontram-se condições de desigualdades marcadas por uma vulnerabilidade estrutural, caracterizada por uma ofensiva do capital contra os/as trabalhadores/as que se configuram com formas de inserção precárias, sem proteção social, salários baixos (ANTUNES; DRUCK, 2015).

O atual cenário, que tem se potencializado no contexto da pandemia, é de construção de um desmonte das políticas sociais, com o discurso baseado na crise econômica que abre espaço para exigências de “flexibilização” das relações de trabalho, com a legitimação do Estado em favor do capital (SANTOS; STAMPA, 2017). Desta forma, a precarização do trabalho no Brasil tem a terceirização como fenômeno central, onde os trabalhadores ficam mais expostos a acidentes de trabalho e são excluídos de auxílios comuns aos outros trabalhadores, ou seja, trabalham mais e ganham menos (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Além de a terceirização ser, por si só, um problema enorme para a classe trabalhadora, no que consiste aos demais elementos da reforma trabalhista em curso, em novembro de 2017, tivemos alterações de mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a “flexibilização” do contrato de trabalho e a legalização de novas formas de trabalho. A “reforma” possibilita a negociação de direitos, antes garantido por lei, entre patrões e empregados, como, por exemplo: hora de almoço, jornada de trabalho e trabalho em ambientes insalubres. Um claro retrocesso e ataque à proteção social do trabalho que, somado às condições já precárias de trabalho, nos leva ao caminho de miserabilidade para a classe trabalhadora.

A “Reforma” da Previdência, não leva em conta que vivemos em tempos de trabalho precário e informal, ainda mais junto à regulamentação da lei da terceirização.

No caso das mulheres, o panorama parece mais desanimador, por possuírem jornada dupla de trabalho, ocuparem, em sua maioria, postos de trabalho precarizados e de remuneração inferior à dos homens.

Com esse cenário desolador no “mundo do trabalho” no Brasil, várias questões podem ser levantadas e colocadas para reflexão, mas o objetivo deste ensaio está em pensar o assistente social como trabalhador assalariado, exposto ao processo dessas mudanças, onde seus direitos são atravessados pela “flexibilização” e precarização do trabalho, o que resulta no aprofundamento das expressões da questão social e, na sua prática profissional, limitada muitas vezes pelas instituições ao trabalho burocrático e administrativo.

## 2 REINVENÇÃO PROFISSIONAL EM INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

É histórica a condição em que a profissão de Serviço Social é submetida para intervir sobre as ofensivas neoliberais. Condições que levam os profissionais a permanecerem em um constante desafio em seu cotidiano de trabalho, pois, ao mesmo tempo em que precisam exercer, ética e politicamente, seu compromisso com a classe trabalhadora, o assistente social também se encontra no lugar de trabalhador assalariado para dar conta de suas condições de subsistência.

Nesse sentido, seus espaços ocupacionais têm apresentado demandas inerentes à sustentação de interesses institucionais que se tornam maior que a prioridade no atendimento aos próprios usuários dos serviços. Sim, o mundo da oferta dos serviços tem aumentado e fragmentado cada vez mais a intervenção profissional. Contudo, esse cenário é resultado de algo maior como, a radicalização do capital, adensamento da pobreza e o desmonte das políticas públicas.

Esse contexto traz à tona, também, o debate da autonomia relativa do assistente social, condicionada a determinações econômicas, políticas e culturais. Para isso, Raichelis (2018), reafirma o *status* de autonomia profissional do assistente social enquanto classe balizada em um Código de Ética, profissão que se autorrepresenta e possui um direito próprio de se portar sem qualquer interferência externa. Contudo, essa autonomia construída se torna relativa ao fazer parte da reprodução capitalista, como trabalho assalariado e também precário, em situações de contratos que

extinguem os direitos trabalhistas e demais concessões referentes à venda da força de trabalho.

Dessa forma, compreender como as mudanças capitalistas, dentro do mundo do trabalho têm afetado o Serviço Social, particularmente em suas requisições profissionais, é o ponto inicial para avançar na compreensão da profissão enquanto categoria inserida na divisão social e técnica do trabalho, como bem explicitam Iamamoto e Carvalho (2009).

Os desdobramentos do trabalho profissional do assistente social na atualidade, em especial, nas Entidades Filantrópicas, enquanto espaço de tensionamentos e contradições da Sociedade Civil na implementação de políticas públicas, são espaços apropriados por estratégias capitalistas para materialização, por exemplo, da refilantropização das políticas sociais.

Dentro de todas as contradições das Instituições Filantrópicas, permanece o fato de que estas têm sido pouco debatidas pelo Serviço Social, e os profissionais inseridos nesses espaços tentam dar conta da demanda buscando capacitações de “como fazer”, para atender às demandas institucionais. Apesar de as normatizações do Serviço Social oferecerem um caráter diferenciado para o assistente social, definindo um lugar distinto que o leva a gerenciar, muitas vezes, a aplicabilidade das legislações, pouco há o debate crítico sobre esses tensionamentos.

Desde a década de 1990, o Estado brasileiro vem reforçando a parceria público-privada na implementação das políticas sociais, o que Yazbek (1995) chamou de refilantropização. O exemplo disso são as Instituições Benéficas da Assistência Social que ofertam serviços na área da Educação, Assistência Social, Saúde e demais ações complementares às políticas públicas, com a contrapartida da subsidiariedade.

Tais Entidades se potencializam nesse contexto de “retirada” das conquistas dos trabalhadores, do Estado, sem causar um caos social, passa também por estratégias que visam “deslegitimar e esvaziar os direitos sociais e particularmente o recorte das políticas sociais, fomentando-se a partir de parcerias o crescimento da atividade do chamado Terceiro Setor, dessa miscelânea de indivíduos, empresa e ONGs” (MONTAÑO, 2007, p. 225). Portanto:

[...] nos anos [19]90, a enorme expansão das ONGs [...] deveu-se ao campo vazio que deixa paulatinamente o Estado e ao estímulo e financiamento estatal dessas organizações, mediante as chamadas “parcerias”. O Estado

fornece a essas organizações crédito fácil, isenção fiscal, facilidades legais, destina recursos financeiros, materiais e humanos. (MONTAÑO, 2007, p. 225).

Nosso debate avança para a compreensão do trabalho do Serviço Social, nesse campo de atuação, junto, ainda, à compreensão das mudanças capitalistas e seus desdobramentos. Portanto, a compreensão sobre o trabalho do Serviço Social inserido no atual “mundo do trabalho” se constitui como elemento central das nossas reflexões. E, como elemento principal da sociedade capitalista, a venda da força de trabalho, também é inerente ao assistente social. Por isso, problematizar seus espaços ocupacionais como trabalhador assalariado e como produtor e reproduzidor das relações sociais, torna-se indispensável.

Iamamoto e Carvalho (2009) apontam a necessidade de investigação do trabalho do assistente social na esfera capitalista demarcando que a demanda, em torno de seu exercício, não está diretamente ligada à produção de conhecimento, mesmo sendo reconhecida como uma prática científica, nas ciências sociais aplicadas, não deixa de ser fundamentalmente um trabalho.

E, sendo fundamentalmente uma profissão assalariada, atravessada por questões da própria lógica da sociedade capitalista, como trabalhador assalariado, fragmentado e demandado às diferentes funções laborativas, permanece em uma linha tênue entre sua necessidade de reprodução social e profissional especializado com atribuições específicas de atuação. Sua prática, se não refletida constantemente, acaba por se perder dentro dessa dominação, enquanto trabalhador alienado.

Por sua condição de trabalhador assalariado o assistente social também se submete à instituição, entra em conflito com a questão de sua autonomia (relativa) e do hiato entre a intencionalidade progressista dos profissionais e a atuação conservadora. “Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expresso no preço da sua força de trabalho, o salário ou proventos” (IAMAMOTO, 2009, p. 351). Nesse contexto, o assistente social vem ocupando espaços privados no exercício de seu trabalho. Um espaço tradicional “imbuído dos princípios da ajuda e solidariedade e que pode levar à desprofissionalização do atendimento social” (ALENCAR, 2009, p. 12).

Tendo o Serviço Social nas últimas décadas passado pelo processo de reavaliação do seu trabalho, no qual ganhou sua maturidade teórica e construiu um projeto político profissional de caráter progressista, hoje, opera na perspectiva do direito, baseado no movimento histórico da sociedade em que concebe as políticas sociais não mais como benesse ou favor. Porém, ao trabalhar nos espaços filantrópicos e confessionais, o profissional se depara em um campo de tensão com as antigas práticas assistencialistas nos moldes iniciais à gênese da profissão, quando era ofertada pela Igreja Católica, pois, ainda hoje, a assistência está fortemente vinculada ao conservadorismo dentro desses espaços.

O trabalho do assistente social atravessa formas distintas de enfrentamento em relação às situações apresentadas no cotidiano, especificamente nas Organizações da Sociedade Civil. A particularidade dessa intervenção está em trabalhar com as políticas sociais, enquanto complementares de acesso aos direitos, em instituições confessionais que têm sua construção histórica baseada na “ajuda ao próximo” e na pobreza enquanto atraso e responsabilidade individual. Situar a relação do direito social nesses espaços requer uma leitura crítica da realidade política, social e econômica e da própria profissão de Serviço Social. Portanto:

O Serviço Social insere-se na sociedade capitalista entre a produção, a reprodução da força de trabalho e do capitalismo e a distribuição desigual da riqueza produzida nesse processo; entre a necessidade de ações públicas e/ou privadas que respondam às expressões da questão social e o planejamento e/ou implantação dessas ações em seus locais de trabalho. Netto (1996, p. 122) afirma que os segmentos profissionais têm sido levados a valorizar, quando não a priorizar, as chamadas ONGs como espaço profissional. (ANDRADE, 2012, p. 73).

Isto porque, nos anos de 1990, esse setor se amplia de forma a concentrar boa parte dos serviços públicos destinados à população. É nessa década também que há a intensificação das expressões da questão social como produto da crise capitalista, que traz em seu bojo, ações geradoras do aumento da pobreza. Com isso, o Serviço Social, enquanto profissão emergida e mantida em função dos conflitos de classe, para mediar seus tensionamentos, é demandado a ocupar esses espaços da sociedade civil, para onde a política pública direciona a população para atender suas necessidades. Logo, as organizações não governamentais começam a ser valorizadas por esses profissionais como mais um espaço sócio-ocupacional.

A profissão, desde sua institucionalização até os dias atuais, passou por mudanças profundas, iniciando pelo conhecido “Movimento de Reconceituação” na América Latina nos anos de 1960 e avançando até a década de 1980. Lopes (2016) aponta que o movimento “foi de grande relevância no despertar para questões cruciais no exercício da profissão nas sociedades de capitalismo dependente e profundamente desiguais”, como a América Latina. Seu principal objetivo foi se apropriar de uma consciência crítica de realidade social e econômica, por meio de uma formação desvinculada do caráter pragmático<sup>3</sup> europeu e norte-americano.

Esse marco de transformações foi essencial para a categoria compreender o significado social da profissão. A partir daí, foram desencadeados processos de maturação do Serviço Social, quando já firmando seu compromisso com a classe trabalhadora. Esse compromisso se consolida de fato no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando se dá o processo de luta por redemocratização e por melhores condições de vida da população brasileira (LOPES, 2016).

Os principais avanços, ainda nessa nova era do Serviço Social crítico, consistiram na revisão do seu Código de Ética de 1986, que não atendia mais às exigências sociais atuais e, como resultante, deflagrou no Código de Ética de 1993. Barroco e Terra (2012) apontam o processo de revisão a partir de dois níveis, reafirmando os valores fundamentais: como o primeiro, a liberdade e o segundo, a justiça social. Contudo, os articulou à democracia como valor ético central, pois compreenderam ser esse o caminho adequado para assegurar seus valores essenciais como liberdade e equidade.

É no cenário de ressignificação das políticas sociais, a partir dos anos de 1990, que observamos o trabalho do Assistente Social com um recorte para as Organizações da Sociedade Civil, quando, a partir das novas estratégias capitalistas para atender às demandas sociais da população, ocorre a ampliação de atuação das organizações não governamentais. Configura-se também a intensificação do Serviço Social na ocupação desses espaços, a fim de operacionalizar os serviços sociais. Contudo, apresentam-se desafios atuais que nada mais são do que os “velhos” problemas gerados pela

---

<sup>3</sup>É importante demarcar que o pragmatismo é inerente à ideologia burguesa e sua superação está vinculada à da formação social, o capitalismo, que sustenta essa ideologia e é por ela sustentada. Com essa premissa, entendo que continua necessário o aprofundamento dos estudos e da crítica ao pragmatismo e, particularmente o pragmatismo no Serviço Social, em cuja definição da natureza e identidade a intervenção é central” (ABREU, CARDOSO e LOPES, 2014 apud LOPES, 2016, p. 321).

acumulação capitalista, porém, em seu estágio mais avançado. E, como reafirma Andrade (2012), o Serviço Social não surge de práticas caritativas e filantrópicas, tampouco evolui a partir destas, porém permanece presente nesses espaços sócio-ocupacionais que se ampliam nos anos de 1990. Sobre a questão Alencar (2009) aponta que:

O conjunto de mudanças no padrão de resposta à questão social nas últimas décadas tem implicado o reordenamento do espaço socioprofissional, à medida que reconfigura de forma significativa o campo das políticas, mediante as tendências de privatização, mercantilização e refilantropização das formas de enfrentamento da “questão social”. (ALENCAR, 2009, p. 11).

A autora demarca ainda que nos espaços das Organizações da Sociedade Civil, ao assistente social, têm sido demandadas novas configurações de trabalho como elaboração de projetos sociais, gestão de programas sociais, o que vai implicar na competência no campo do planejamento e avaliação de políticas públicas. A partir dessas ações se ampliam os espaços para gerência dos programas e projetos e o profissional passa a ter a necessidade de se dedicar quase que exclusivamente ao conhecimento de legislações e acompanhamento de suas atualizações, bem como se dedicar a análises de diagnóstico social, relações institucionais, orçamento público e captação de recursos. Há também a tendência do profissional ser solicitado ao gerenciamento de Recursos Humanos, na contratação e avaliação de outros profissionais, bem como prestar assessoria e consultoria aos gestores que administram os setores públicos e privados.

Tão próxima dessas ações está a nossa experiência profissional, como assistente social de Entidades Filantrópicas da Assistência Social. O cotidiano de trabalho nessas instituições possui tendência ao tecnicismo em oposição à reflexão crítica, há uma percepção limitada da política social como política de direitos e uma permanência das ações compreendidas como condicionantes para o funcionamento e permanência dessas instituições. A política social não é identificada como elemento para transformação do real e, sim, para subjugar a pobreza.

Outro fator que condiciona nosso trabalho nesses espaços é a “obrigatoriedade” de se contratar o assistente social, devido suas atribuições privativas em analisar os fatores socioeconômicos e a dinâmica da realidade social. Contudo, há a cooptação da

autonomia profissional como, por exemplo, a seletividade em atender aos usuários. As requisições, ainda, circulam entre a elaboração de projetos para captação de recursos e manutenção da regularidade institucional, por meio dos certificados em dia. Diante disso, o profissional do Serviço Social precisa estar atento a sua real função social, que busca a implementação da política e dos serviços como direitos conquistados, mesmo com suas contradições, e, assim, trazer o tensionamento para esses espaços. Concordamos com Iamamoto (2015) que:

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. Um grande pensador alemão do século XIX dizia o seguinte: “a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas que se livrem deles e possam brotar as flores vivas” (MARX, 1977). É esse o sentido da crítica: tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2015, p. 19).

Não obstante as inúmeras disputas apresentadas, o assistente social permanece sendo contratado nesses espaços. Para dar consistência ao diálogo com os autores partimos de alguns pressupostos que remetem ao trabalho do assistente social nesses lugares, tais como: às ações burocráticas, conservadoras e legalistas<sup>4</sup>, nas quais se concentraram nossas inquietações sobre o trabalho profissional em Instituições Filantrópicas.

Há limites para os profissionais se posicionarem como sujeitos de suas ações dentro dessas Instituições, acabam construindo intervenções pontuais por sofrerem os ataques neoliberais. Os avanços são delicados, no que diz respeito a sua articulação com o projeto ético político profissional. Nesse sentido, Moraes (2015) traz reflexões acerca da dimensão investigativa no trabalho profissional, por meio de suas pesquisas, que apontam a relevância da compreensão institucional e suas correlações de forças. Isso compreende as condições de trabalho do assistente social. Portanto, mesmo com tais limites, o autor alerta que a dimensão investigativa é imprescindível ao profissional para pensar e repensar sua atuação visto que:

---

<sup>4</sup>Onde o espaço sócio-ocupacional das Organizações da Sociedade Civil direciona o profissional a buscar somente o “como fazer”, portanto, o profissional permanece se preocupando em “aprender leis” para manter a regularização das Entidades.

A esse respeito, é fundamental compreender que a realidade de trabalho profissional é determinada por múltiplas forças e expressões, frutos do ideário, das ações e ataques neoliberais que, muitas vezes, aprisionam os profissionais em suas amarras. Enfrentar o caos expresso na microrrealidade em que se encontra o assistente social vai exigir não apenas um arsenal teórico – metodológico, mas também resistência aos ataques a sua própria intelectualidade e criticidade, bem como, as limitações (re) construídas diariamente pela realidade capitalista, que o desafia a não ser crítico, propositivo e comprometido. (MORAES, 2015, p. 308).

Assumir e incorporar a dimensão investigativa no trabalho profissional, além de ser parte das atribuições privativas, contribui no pensar as ações favorecendo tanto à categoria quanto aos usuários dos serviços. Contribui também para a produção de conhecimentos em várias realidades, rompe com o conservadorismo e fortalece o fazer profissional.

A análise não objetiva individualizar o fenômeno, mas reconhecer esse sujeito profissional rechaçado no contexto da reprodução da força de trabalho, no qual os serviços têm se tornado cada vez mais mercadorias como, por exemplo, a educação. Ora, como estão, hoje, os espaços de formação desses profissionais? Como está a inserção profissional nos espaços públicos? Há oferta de concursos? Essas questões são inquietações que precisamos também problematizar como exercício para a não individualização da questão social, pois o assistente social também faz parte da classe trabalhadora e sofre com a precarização do trabalho.

Alguns elementos resultantes de nossas pesquisas apontam que, nesses espaços, as tensões passam, também, tanto pelos limites do “por que fazer”, concentrando-se em “como fazer”, quanto pela questão de o profissional ser “aceito” na instituição, pois a necessidade dessa aceitação implica em ter um trabalho, mesmo que precário, porém o importante é estar inserido no mercado buscando garantir sua subsistência. Não desqualificando o profissional, mas problematizando as configurações atuais do trabalho que também impactam no Serviço Social, por ser classe trabalhadora e um dos elementos da reprodução da força de trabalho. O profissional fica rechaçado às burocracias, não problematizando a matéria-prima de seu trabalho, pois a demanda é: estudar e implementar Leis.

### 3 CONCLUSÃO

O Serviço Social, mesmo sendo uma categoria que tem seu projeto de sociedade pautado na justiça e equidade social, passa por situações adversas nos espaços ocupacionais como sua própria intervenção, por exemplo, de forma a corroborar com uma leitura pragmática da demanda social. Nesse direcionamento, suas requisições respondem ao cenário contemporâneo no bojo das (contra)reformas do Estado. O adensamento da mão de obra técnica e burocrática demonstra um indicador importante da reprodução do capital se utilizando tanto da fragilidade na formação profissional, com o aumento do contingente da Educação a Distância (EaD), como no fortalecimento dos espaços da Sociedade Civil na oferta das políticas sociais, com seus projetos e demais ações caracterizadas como “responsabilidade social”.

Os Assistentes Sociais estão nestas Instituições, em um espaço privilegiado, pois sua contratação independe da vontade da Entidade empregadora. E, a partir do momento em que são contratados, já o faz com reconhecimento de um saber, uma capacidade técnica que a Instituição não possui. Contudo, os profissionais nelas inseridos seguem por um caminho frágil em suas intervenções, mesmo considerando todas as mudanças no mundo do trabalho e constante reprodução do capital. Supõe-se que essa fragilidade passa pela formação, como também a necessidade de manterem seus respectivos trabalhos, considerando essas entidades como grandes empregadoras dos Assistentes Sociais.

O Serviço Social, hoje, mais do que nunca, enfrenta os rebatimentos das estratégias neoliberais como produto da radicalização do capital. Isso repercute tanto na formação crítica dos profissionais, quanto em seus espaços sócio-ocupacionais. As bases conservadoras da profissão têm sido impulsionadas com mais intensidade nos espaços das Organizações da Sociedade Civil, como as Entidades Confessionais, por exemplo. Essas instituições avançaram no sentido de se fortalecerem legalmente enquanto lócus de ofertas de serviços complementares às políticas sociais. Dessa forma, acreditamos na hipótese de que requisições profissionais nas Entidades Filantrópicas estão claras e gritantes de atenção para um debate crítico de qualidade do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ALENCAR, Monica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS, ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: CRESS (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

ANDRADE, Renato Almeida de. Serviço Social e Terceiro Setor: o trabalho nas ONGs. In: SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 34, p. 19-40, 2015.

BARBOSA, Rosangela N. de C; CARDOSO, F. G; ALMEIDA, Ney L. T. de. A Categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 58, p. 109-130, 1998.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

GONÇALVES, Priscila Ambrozio. **Novas demandas para velhas questões: requisições profissionais aos assistentes sociais em instituições filantrópicas pós SUAS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico metodológica**. 26 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

LOPES, Josefa Batista. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In:

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, C. A de Souza. A particularidade da dimensão investigativa na formação e na prática profissional do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun. 2015.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Flávia Barbosa Pardini dos; STAMPA, Inez. Medidas recessivas sobre os direitos dos trabalhadores no Brasil: breve esboço histórico sobre ofensivas e resistências. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.17, n.1, p. 45-64, jan./jul. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da “questão social”. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n.11, out. 1995.